

PROJETO CERRADO: A “REFORMA AGRÁRIA” NO CERRADO? (O CASO DE IRAÍ DE MINAS.

MIGUEL CEZAR SANCHEZ*
VERA LUCIA SALAZAR PESSÔA**

BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA, 16-17(31-34): 392-395,1986-1987
(1 ENCONTRÓ DE GEÓGRAFOS DA AMERICA LATINA)

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as transformações verificadas na organização agrária da Região do Cerrado são decorrentes de uma política de modernização da agricultura, proposta pelo governo a partir da década de 1960 com o objetivo de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil, pois as autoridades governamentais viam na agricultura a solução para os problemas econômicos do país.

A agricultura, no âmbito do planejamento, passa a ser considerada como um setor capaz de responder, de maneira mais rápida, aos estímulos ao aumento da produção e de produtividade com o objetivo de solucionar a crise econômica. Isto ocorre porque tornam-se mais nítidos os problemas econômicos representados pelo desequilíbrio crescente da balança de pagamentos e pelo livre comércio e pela balança de pagamentos e pelo aumento acentuado da taxa de inflação.

Na esfera dos Planos Governamentais, já em 1967/1968 a tônica passa a ser a modernização e cabe ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1974, a definição de áreas prioritárias vinculadas a corredores de abastecimento e corredores de exportação como uma necessidade ao desenvolvimento. O plano apresenta também uma relação entre a utilização econômica do grande espaço brasileiro, a política da população e a produção de excedentes agrícolas para o mercado.

Ainda como meta da região Centro-Sul para as demais regiões, o que suporta a proposta de blocos integrados de investimento como POLONORDESTE, POLOAMAZÔNIA e POLOCENTRO e a participação de pequenas, médias e grandes produções nestes projetos, viabilizando a colonização privada como forma direta de investimentos empresariais.

É neste contexto que, em 1980, tem-se a implantação do Projeto Cerrado – um exemplo de colonização privada – em Minas Gerais tendo como área-piloto os municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu.

* Departamento de Planejamento Regional IGECE – UNEPS, Rio Claro (SP) – Brasil

** Universidade Federal de Uberlândia (MG) – Brasil

O presente trabalho procura mostrar o desenvolvimento deste projeto no município de Iraí de Minas, citando pelos técnicos e colonos como uma “autêntica reforma agrária” no cerrado.

I. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO CERRADO.

A instalação do Projeto Cerrado em Minas Gerais está relacionada à criação do PLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, em 29/1/1975, através do decreto nº 75320 do governo federal. O objetivo de POLOCENTRO era intensivar e apoiar a ocupação racional das áreas de cerrados na região do Centro Oeste Brasileiro, abrangendo os estados de MG, GO, MT, e MS.

Criado em um Contexto histórico onde o crescimento econômico destacava-se como um dos principais objetivos nacionais, o POLOCENTRO proporcionou condições para que se fizessem de alternativas para o cerrado, através de pesquisas, experiências e técnicas adequadas às culturas desta região e estabelecimento de cordões de colaboração técnica com governos de outros países, visando também a cultura de cerrado.

Com base nos propósitos do POLOCENTRO em 1976, o presidente Ernesto Geisel em viagem ao Japão criou, entre outros programas conjuntos, o Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados – o PROCEDER, que previa a ocupação do Centro oeste brasileiro, através da utilização de capital japonês e brasileiro (SAN MARTIM E PELEGRINI, 1984:52).

O POLOCENTRO foi, portanto, o elemento de articulação para a entrada do capital estrangeiro para a ocupação dos cerrados brasileiros sob a égide do projeto JICA (Japan international Cooperation Agency) organismo do governo japonês que coordenou a pesquisa e a elaboração do projeto de alternativas para o cerrado visando a produção de grãos.

O projeto – piloto teve início, em 1979, com a compra de terras nos seguintes municípios mineiros: Coromandel, Iraí de Minas, Guimarães, Nova Ponte e Unaí. A empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto é a CAMPO (Companhia Brasileira de Plantação Agrícola) que conta com a participação de duas holdings. A primeira com 51% das ações, é a JADECO (Japan-Brazil Agricultural Corporation), que conta com acionistas japoneses.

Em Minas Gerais, o agente financeiro utilizado para o empréstimo do dinheiro aos agricultores (colonos) foi o Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Este empréstimo foi feito com condições altamente privilegiadas, segundo a CAMPO com prazo de 20 anos e carência de 5 anos.

Quanto ao interesse japonês, este se baseia na possibilidade de a nova fronteira agrícola aumentar a oferta mundial de alimentos dos quais o Japão é dependente, conforme as declarações do presidente da CAMPO em 1981 (Jornal do presidente do Brasil, 1981).

II – A “REFORMA AGRARIA” E, IRAÍ DE MINAS

A compra das terras

Os incentivos que permitiram executar a “reforma agraria” em Iraí de Minas chegaram em 1980, com o PROCEDER a tra´ves do Projeto – piloto da CAMPO, constituindo ai o segundo núcleo de colonização dirigida no cerrado. O primeiro localiza-se no município de Coromandel e o terceiro em Paracatu.

De posse dos recursos financeiros, a CAMPO realizou um levantamento aerofotogramétrico da área e procurou a prefeitura do município, encontrando nesta o apoio necessário à implantação do Projeto. Este apoio pode ser resumido em: “visão de progresso e política e crença neste empreendimento”.

A partir daí iniciou-se o processo da compra das terras, à vista, conforme colocam os técnicos do projeto, de sete proprietários do município. Estas na sua maior parte eram terras sem nenhuma atividade agrícola, utilizadas apenas como pastagem natural ou simplesmente como reserva do valor. Do total de proprietários, apenas um se mudou de Iraí de Minas. Os demais adquiriram terras em outros locais do próprio município e continuaram a desenvolver as atividades agropecuárias.

Com relação ao preço pago pela terra, na época o alqueire (1 = alqueire = 48.400m²) de cerrado valia Cr \$15.000.00. A CAMPO comprou por Cr \$20.000.00 com uma variação até de Cr \$ 25.000.00, conforme o lugar. Assim, nos informou um dos entrevistados. “não houve problema para vender a área O fazendeiro vendeu o cerrado e comprou terra de cultura”.

Após a demarcação da área, a CAMPO efectuou a divisão dos lotes que têm em média, 350Ha. O financiamento foi concedido pelo BDMG, tornando-se o colono um devedor do Estado e não da CAMPO.

Os colonos e a infra-estrutura

Quando o JICA elaborou o relatório sobre o “Estudo dos três estados: MG, ES e GO” para o desenvolvimento do projeto, a utilização de cooperativas no processo de colonização já estava prevista.

Desta forma cobe à CAMPO fazer o levantamento das cooperativas existentes no país e escolher uma que tivesse um “desempenho excelente” no contexto das cooperativas brasileiras.

A escolhida foi a CONSUEL – Cooperativa dos Suinocultores de Encantado (RS) que fez a seleção dos 19 colonos de origem gaúcha e que, juntamente com mais outros 7 (paulistas e mineiros) compõem o grupo que vive em Iraí de Minas.

A CAMPO ao vender a terra impôs duas condições aos colonos; não ser portador de título de terra e ter tradição, isto é ser descendente de agricultor. Do momento em que passa a ser dono da terra o colono não pode vendê-la antes de efectuar o seu pagamento total, arrendar ou alugá-la.

O projeto, no seu primeiro ano de fundamento, criou as condições para o agricultor no que se refere a infra-estrutura básica: construção da moradia, aquisição do maquinário (tratores, arados, colhedoras), insumos (adubos, corretivos, sementes), através dos financiamento destes recursos.

Hoje (após 1980) os agricultores do projeto recorrem sozinhos. Entretanto, há uma diferença entre eles e os demais: têm o projeto Certado como respaldo. As facilidades tornam-se maiores. Segundo os colonos entrevistados...."não compensa liquidar o pagamento da terra. Quando o projeto foi implantado em 1980, os juros concedidos pelo governo foram favoráveis. Hoje (1985) achamos difícil entrar no projeto dessa natureza, face ao alto juro temos que pagar".

A produção básica é a soja, diversificando com o milho, sorgo e trigo. O arroz, feijão pequena criação de animais fica apenas a nível de subsistência. A cooperativa exerce a função de armazenar e comercializar a produção e facilitar a aquisição dos insumos agrícolas.

III AVALIANDO A "REFORMA AGRÁRIA" EM ARAÍ DE MINAS

Não há dúvida de que os benefícios advindos com a "reforma agrária" feita no município de Iraí de Minas não tenham sido satisfatórios: aumento da produção de grãos, meta básica do projeto; melhorias na infra-estrutura da cidade; asfalto, ligação DDD, crescimento do número de escolas e moradias, geração de novos empregos; integração do município a nível nacional e até internacional. Isto sem falar nas excelentes condições que vivem os colonos, conforme pudemos constatar. Entretanto, segundo LARANJEIRA (1983:128) a reforma agrária.

"é o processo pelo qual o Estado modifica os direitos sobre a propriedade e posse dos bens agrícolas, a partir da transformação fundiária e da reformulação das medidas de assistência em todo o país, com vista a obter maior oferta de gêneros e a eliminar as desigualdades sociais no campo".

O que têm ocorrido no município é apenas uma reorganização de seu espaço rural, onde um pequeno grupo de agricultores se beneficiou de uma "reforma agrária" feita com o capital estrangeiro, tornando ainda maior a dependência brasileira.

A oferta de gêneros se prende, basicamente, a um produto que atende ao mercado externo ou seja, a soja, e que pouco tem contribuído para a alimentação do brasileiro. Por outro lado, a eliminação das desigualdades sociais no campo está longe alcançada pela forma como estes projetos têm selecionado os novos

agricultores brasileiros, quando sabemos que ha cerca de 12 milhões de sem-terras à espera de uma oportunidade.

Assim, o campo brasileiro torna-se um instrumento importante resolver problemas de condições para que o produto possa chegar mais barato a este país e diminuir sua dependência na compra de alimentos dos EUA porque se sente lógico.

Nada melhor do que encontrar um local dantes a terra e a mão-de-obra são recursos ambulantes e contar com o apoio do Estado ba viabilização da penetração do capital estrangeiro neste campo.

BIBLIOGRAFIA

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA (1985) Reforma agrária Rio de Janeiro, CTPAV

GUSMÃO, Rivaldo P., de outro (1979). Região do cerrado: uma caracterização do desenvolvimento do espaço rural. Rio de Janeiro IBGE.

IGA (1984). Municipio de Iraí de minas. Belo horizont, IGA

MAGALHAES. Elimar (1981) "CAMPO coloniza cerrados em minas". Jornal do Brasil 19 de janeiro

SAN MRTIM, Paulo e PELEGRINI, Bernardo (1984. cerrados: uma ocupação japonesa no campo. Rio de Janeiro, CODECRI.